SUMÁRIO

Prefeitura de Queimados - RJ

Assistente Social Escolar

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de texto 2

Vocabulário: sentido denotativo e conotativo, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia e polissemia 7

Ortografia: emprego das letras, das palavras e da acentuação gráfica 12

Pontuação: emprego de todos os sinais de pontuação 22

Classes de palavras: Pronomes - classificação, emprego e colocação pronominal (próclise, ênclise e mesóclise); Verbos - emprego dos modos e tempos, flexões dos verbos irregulares, abundantes e defectivos e vozes verbais; Preposições - relações semânticas estabelecidas pelas preposições e locuções prepositivas; Conjunções - classificação, relações estabelecidas por conjunções, locuções conjuntivas; Substantivos - classificação e flexões; Adjetivos - classificação e flexões 32

Termos da oração: identificação e classificação. Processos sintáticos de coordenação e subordinação. Classificação dos períodos e orações 49

Concordância nominal e verbal 55

Regência nominal e verbal 61

Emprego do acento indicativo de crase 68

Questões 72

Gabarito 85

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Lei Orgânica do Município de Queimados/RJ 2

Lei Municipal nº 1.060, de 22 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Queimados, das suas autarquias e fundações públicas 55

Questões 91

Gabarito 96

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Fundamentos do Serviço Social: fundamentos históricos, teóricos, metodológicos, éticos e técnico operativos do Serviço Social; projeto ético-político profissional 1

Serviço Social na Educação: inserção e atribuições do Assistente Social na política educacional; educação como direito social; acesso, permanência e inclusão escolar; enfrentamento das desigualdades sociais no contexto educacional 6

Legislação e ética profissional: Lei nº 8.662/1993 11

Código de Ética Profissional do Assistente Social 15

Diretrizes Curriculares da ABEPSS 24

Lei nº 13.935/2019 32

Política de Educação e proteção integral: Constituição Federal – direitos sociais e educação 33

Lei nº 9.394/1996 – LDB 41

Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990 73

Direitos da criança e do adolescente no ambiente escolar 141

Política de Assistência Social: LOAS; SUAS; proteção social básica e especial; CRAS e CREAS; articulação entre educação, assistência social e demais políticas públicas ... 146

Família, escola e vulnerabilidade social: trabalho social com famílias; orientação sociofamiliar; vulnerabilidade e risco social; violência, negligência, abandono, evasão e infrequência escolar; inclusão social e garantia de direitos 151

Instrumentais técnico operativos do Serviço Social: estudo social; entrevista; visita domiciliar; abordagem individual e coletiva; observação; relatório, parecer e registro social; encaminhamento e acompanhamento de usuários e famílias 156

Trabalho em rede e intersetorialidade: articulação com Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, unidades de saúde, órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e demais serviços da rede de proteção 161

Direitos e benefícios socioassistenciais: Benefício de Prestação Continuada – BPC; Cadastro Único; Programa Bolsa Família; benefícios eventuais; orientação e encaminhamento para acesso a direitos, serviços e documentação civil 165

Educação inclusiva e diversidade: direitos da pessoa com deficiência; Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/2015 171

Inclusão e enfrentamento das diferentes formas de discriminação no ambiente escolar 203

Questões 208

Gabarito 214

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

O processo de leitura

A leitura é uma atividade que vai além da decodificação de palavras. Ela envolve a interação entre o leitor, o texto e o contexto. O leitor, ao entrar em contato com o texto, traz consigo um repertório prévio que inclui conhecimentos linguísticos, culturais e experiências pessoais, elementos que influenciam diretamente sua capacidade de interpretar. O texto, por sua vez, apresenta informações organizadas em uma estrutura lógica, que podem ser explícitas ou implícitas. Já o contexto refere-se ao ambiente ou situação em que a leitura ocorre, o que também impacta a interpretação.

Um bom leitor é aquele que consegue relacionar esses três elementos, identificando não apenas o significado literal das palavras e frases, mas também os sentidos implícitos, as intenções do autor e os elementos subjacentes que complementam a mensagem textual.

A Importância da Leitura Crítica

Além da compreensão literal, a leitura crítica envolve questionar o texto, identificar possíveis vieses, entender o ponto de vista do autor e considerar as implicações das informações apresentadas. Um leitor crítico não apenas entende o texto, mas também reflete sobre ele, formando opiniões fundamentadas.

A leitura e a interpretação de textos são habilidades essenciais que envolvem a identificação precisa de palavras, expressões, frases e parágrafos. Esses elementos, quando bem compreendidos, permitem ao leitor não apenas captar o significado do texto, mas também interagir com ele de forma reflexiva e crítica. Desenvolver essas competências exige prática constante e um olhar atento para as nuances da linguagem, tornando o ato de ler uma experiência enriquecedora e transformadora.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo queimadense, constituídos em Poder Legislativo Organizante, reunidos na Câmara Municipal de Queimados, no pleno exercício das atribuições conferidas pelo Art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil (1) e pelo Art. 342 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (2), sob a proteção de Deus, votamos, aprovamos e promulgamos a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE QUEIMADOS.

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - O Município de Queimados, parte integrante da união indissolúvel da República Federativa do Brasil, tem como fundamentos:

I.a autonomia;

II.a cidadania;

III.a dignidade da pessoa humana;

IV.os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V.o pluralismo político.

Parágrafo único - Todo o poder emana do povo, que o exerce, indiretamente, por meio de representantes eleitos, e, diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

Art. 2º - A soberania popular será exercida nos termos da Lei:

I.pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos;

II.pelo plebiscito;

III.pelo referendo;

IV.pela iniciativa popular no processo legislativo;

V.pela participação nas decisões do Município;

VI.pela ação fiscalizadora sobre a administração pública.

Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:

I.construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II.garantir o desenvolvimento local;

III.contribuir para o desenvolvimento regional e nacional;

IV.erradicar a pobreza e a marginalização;

V.reduzir as desigualdades sociaisl; (Supressão feita pela Emenda 08/03, de 27 de novembro de 2003.)

VI.promover o bem de todos, zelando pela ausência de preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Formação histórica da profissão e questão social

Constituição histórica do Serviço Social no Brasil

O Serviço Social brasileiro consolidou-se como profissão no interior das transformações econômicas, políticas e institucionais que acompanharam a urbanização, a industrialização e a ampliação das respostas públicas às desigualdades sociais. Sua formação não pode ser explicada como simples continuidade de práticas de caridade ou de ajuda espontânea. A profissionalização ocorreu quando demandas relacionadas à pobreza urbana, ao trabalho assalariado, às condições de moradia, à saúde, à infância e à proteção social passaram a exigir formas organizadas de intervenção, instituições especializadas e trabalhadores com atribuições definidas. Esse processo vinculou o exercício profissional à divisão social e técnica do trabalho e, progressivamente, às políticas sociais, aos serviços públicos e às organizações da sociedade civil.

Da ação assistencial à institucionalização profissional

Nas primeiras etapas de institucionalização, a prática profissional recebeu forte influência de valores moralizadores e de concepções que tratavam problemas sociais como dificuldades de adaptação de indivíduos e famílias. A atuação tendia a privilegiar orientação de condutas, ajustamento às normas institucionais e respostas focalizadas. Com o desenvolvimento da profissão e a transformação da sociedade brasileira, esses referenciais foram questionados. O debate profissional passou a relacionar necessidades individuais às condições de trabalho, renda, acesso a políticas públicas, desigualdades territoriais e formas de poder presentes na vida social. Essa mudança não apagou as marcas históricas anteriores, mas ampliou o campo de análise e favoreceu uma compreensão menos individualizante das demandas atendidas.

Questão social, trabalho e políticas sociais

A expressão questão social designa o conjunto de desigualdades e conflitos produzidos na organização da vida econômica e social, especialmente aqueles ligados à apropriação desigual da riqueza, às formas de exploração do trabalho e ao acesso diferenciado a direitos. No cotidiano profissional, ela aparece de maneira concreta em situações como desemprego, baixa renda, insegurança alimentar, moradia precária, violência, discriminação, rompimento de vínculos e dificuldades de acesso a educação, saúde e assistência social. O assistente social não intervém sobre uma abstração: trabalha com manifestações singulares dessas desigualdades, apresentadas por pessoas, famílias, grupos e territórios em contextos institucionais específicos.

Uma leitura histórica impede que a demanda seja interpretada apenas como falha pessoal. Uma família que solicita auxílio por falta de renda pode estar inserida em mercado de trabalho informal, enfrentar custos elevados de transporte e viver em território com serviços insuficientes. O atendimento profissional precisa identificar essas mediações para evitar respostas que culpabilizem os usuários. Ao mesmo tempo, a análise não elimina a singularidade de cada situação. Compreender determinações mais amplas serve para qualificar a intervenção concreta, reconhecer direitos e estabelecer prioridades compatíveis com a realidade apresentada.

A tabela organiza mudanças relevantes na trajetória profissional e evidencia como cada orientação produz efeitos distintos sobre a leitura das demandas.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.